

COSTA, Áurea. FERNANDES NETO, Edgard. SOUZA, Gilberto. *A proletarização do professor: neoliberalismo na educação*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, 144p.

Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva¹

A proletarização do professor: neoliberalismo na educação reúne três ensaios que descrevem e polemizam sobre a atual crise da educação brasileira. Áurea Costa, docente do departamento de Educação da UNESP, *campus* Bauru; Edgard Fernandes Neto, professor efetivo da rede pública do Estado de São Paulo e membro da direção estadual da APEOESP/Sindicato e Gilberto P. De Souza, professor efetivo da rede pública do Estado de São Paulo buscam, através de seus ensaios, avançar no debate sobre a educação brasileira aprofundando sobre a dinâmica da qual professores, professoras e demais funcionários da educação são parte.

No primeiro ensaio, *O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira*, Edgard Fernandes Neto traz a tona elementos que caracterizaram a aplicação dos projetos neoliberais na educação brasileira, desde a aplicação dos planos orientados pelos organismos multilaterais, até a realidade atual da escola pública, que segundo o autor, permanece excludente, segregacionista e racista. (p.20)

O segundo ensaio *Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação no trabalho dos professores do ensino básico brasileiro*, de Áurea Costa, demonstra a relação Estado/professor e a forma de alienação do trabalho docente, desmistificando a idéia de que o professor atualmente não é um proletário, mesmo não sendo um produtor direto de mercadorias.

No terceiro e último ensaio *Das luzes da razão à ignorância universal*, Gilberto Souza realiza uma análise sobre a crise da escola pública, a partir de São Paulo, por este estado ser referência nacional, e por ser, segundo o autor, desde Fernando Henrique Cardoso (PSDB) laboratório de antecipação das políticas educacionais adotadas nos vários estados brasileiros, orientadas estas por organismos multilaterais como Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), UNESCO, entre outros. (p.101)

O eixo em comum entre os três ensaios é a análise da crise da educação pública brasileira sob a orientação neoliberal. O projeto político e ideológico neoliberal, economicamente, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como pretendiam seus ideólogos. Porém, o neoliberalismo alcançou algo, no plano

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

político e ideológico, talvez inimaginável para os seus idealizadores, ou seja, “a disseminação da simples idéia de que não há mais alternativas de transformação social.” (p.13)

Sob a luz do projeto político neoliberal foram realizadas reformas educacionais. Importante frisar, que nas décadas de 1980 e 1990, orientados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Banco Mundial a educação passou a ser entendida como serviço, mais precisamente, mercadoria. Tratava-se não somente de privatizar ao máximo os serviços educacionais, mas também reduzir ao máximo os investimentos públicos e administrar os poucos recursos nos moldes das empresas privadas, com eficiência e produtividade. (p.110)

Para Neto,

os impactos dessas medidas são desiguais de um país para outro, porém as suas diretrizes são semelhantes, como a redução da participação do Estado e realização de parcerias, com fundações, ONGs, empresas e sociedade civil na área educacional. Junto a isso, procurou-se fortalecer a perda do sentido da universalidade e gratuidade da Educação Pública, assim como da exclusividade do Estado como provedor. (p. 13-14)

O conjunto de reformas neoliberais somado à reestruturação produtiva, resultou em métodos de racionalização do processo de trabalho e super-exploração do trabalhador, inclusive da educação. Fazem parte deste processo o avanço na redução dos investimentos e do número de funcionários, a flexibilização de direitos, redução de salários, entre outros. (p.118)

O Plano Decenal de Educação para Todos, aplicado desde 1995, no governo FHC (PSDB), até e nossos dias com o governo Lula (PT), aprofundou a crise crônica e estrutural da educação nacional. Para Neto, de forma objetiva, o resultado destes processos, que desencadeou a redução dos investimentos e de profissionais da educação é a incapacidade do sistema educacional brasileiro não conseguir ensinar e instruir de maneira sólida e com competência os alunos que por ela passam. (p.20)

Os alunos não têm se apropriado satisfatoriamente dos conhecimentos escolares: não desenvolvem o raciocínio aritmético e matemático e, assim, não aprendem as quatro operações fundamentais; não dominam corretamente a leitura e a escrita e saem da escola sem um domínio sólido da língua portuguesa, entre outros exemplos. Neste sentido o sistema educacional brasileiro tem contribuído para reproduzir a sociedade de classes, com suas extremas desigualdades sociais. Essa reprodução não se dá tanto pelos conteúdos que transmitem, mas pela exclusão da maioria dos alunos pobres e da classe trabalhadora nos bancos escolares. (p.20)

Por detrás desta realidade existe um coral afinado contra a Escola Pública que através de críticas reducionistas e simplistas, sobre a crise estrutural da Educação Nacional, culpabilizam única e exclusivamente o professor. (p.38)

A dimensão da crise educacional brasileira pode ser visualizada através de números do INEP-MEC, em que das 164 mil escolas brasileiras, 129 mil não têm acesso a internet, 25 mil não têm luz elétrica, 40 mil não possuem biblioteca, 10 mil não têm banheiro e de cada 10 escolas apenas uma possui quadra esportiva. (p.43) Além da falta de investimentos de recursos no ensino, o Governo Lula não resolveu o problema de desvio e corrupção, tanto nos sistemas federal, estadual e municipal,

como o exemplo da escandalosa denúncia do Jornal da Tarde de São Paulo sobre algumas ONGs que receberam dinheiro do programa Brasil Alfabetizado, a exemplo da Agência de Desenvolvimento Solidário (ONG ligada à CUT), Instituto Paulo Freire (ONG do Diretório Municipal de São Paulo do PT) e o Centro de Educação, Cultura e Integração de São Paulo, que receberam um total de R\$ 20 milhões para alfabetizar alunos a partir de 15 anos. A ONG da CUT recebeu sozinha R\$ 8 milhões, publicados no Diário Oficial de 23 de abril de 2007 e até hoje não se tem notícia do início do projeto. (p.43)

Entre 2000 e 2005 foram pagos R\$ 1,2 trilhão a título de juros e serviços das dívidas públicas, segundo dados do IPEA/2008 e do ano 2000 a 2007, o governo desviou da educação mais de R\$ 45,8 bilhões, através da Desvinculação de Recursos da União (DRU). (p. 44) Através destes exemplos os ensaios buscam demonstrar a preocupação dos governos com os organismos multilaterais e suas agendas internacionais e a despreocupação com a corrupção e com a educação brasileira.

Este balanço sobre a educação brasileira e sua crise, é o alicerce para o aprofundamento sobre a proletarianização do professorado. Para Costa, *“o professor é o intelectual que exerce profissionalmente o ensino – atividade fim da escola.”* (p.59) Trata-se de trabalho de natureza imaterial, pois realiza

o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens [...] para produzir materialmente o homem precisa antecipar as idéias e objetivos da ação que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não-material”. [...] Obviamente, a educação situa-se nessa categoria de trabalho não material. (SAVIANI, 2008, p.12-13)

Neste sentido a tarefa do professor *“é entregar nas mãos dos trabalhadores as armas, na forma de conhecimento, para a luta contra a opressão e a exploração.”* (p.60) Em contraposição, o Estado burguês convoca o professor, a todo momento, a atuar difundindo ideologias, representando o Estado opressor, ao mesmo tempo em que é obrigado a desenvolver seu trabalho em condições mínimas. (p. 61)

Costa, baseada nas elaborações de Gramsci, nos lembra sobre a existência de uma contradição do capitalismo nessa tarefa atribuída ao professor. Ou seja,

ao mesmo tempo em que lhe é imposto o ensino da disciplina do trabalho, não pode deixar de possibilitar aos alunos com “cérebros ativos” a apropriação autônoma dos conhecimentos, pois não é possível controlar a apreensão do conhecimento pelos alunos, mesmo em se tratando de um professor mediocre. Imaginemos, então, quão revolucionário será o papel do professor quanto melhor for a sua formação, com todo o instrumental necessário em termos de conteúdos específicos de sua área de conhecimento e de conhecimentos pedagógicos para promover a formação integral da classe trabalhadora. (p.69)

Mesmo diante desta contradição, a alienação do trabalho tende a retirar do professor seu papel revolucionário. O professor, trabalhador que produz o seu “produto”, ou seja, o ensino, imediatamente realiza a sua objetivação, com possibilidades de novas apropriações. A natureza imaterial deste trabalho torna a análise do processo de alienação tão complexa quanto daquela ligada à produção de bens materiais. (p.70)

No processo de alienação dos trabalhadores diretamente ligados à produção de bens materiais, a alienação, ou seja, destituição do produto do trabalho e do conhecimento de seus conteúdos se dá em dois níveis: no imediato, o trabalhador jamais tem a posse do produto do seu trabalho; no mediato, ele vai perdendo os conhecimentos sobre o processo de produção daquele produto, gerações após gerações de trabalhadores, chegando a situação de contingentes de trabalhadores produzirem, por exemplo, peças cujas utilidades desconhecem. (p.75)

De acordo com Costa *“no professor esses dois aspectos da alienação ocorrem simultaneamente, pois ele, ainda durante sua formação, sofre o esvaziamento dos conhecimentos sobre o processo de trabalho – os conhecimentos pedagógicos - e dos conteúdos do trabalho – os conhecimentos específicos.”* (p.75) Resultado do avanço das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, o professor, que possui uma formação inicial docente precária e distante da realidade educacional, como operário do ensino, deverá ser também multifuncional, ou seja,

realizar ao mesmo tempo várias tarefas, relativas a diferentes profissões, e atender ao maior número possível de alunos. O professor é o único responsável pelas aprendizagens de todos os alunos, independentemente de suas condições de trabalho, devendo tratar da afetividade dos alunos, alfabetizá-los quando for o caso, dominar libras e braille, além de ser capaz de intervir clinicamente. Infelizmente é esta a realidade do professor da educação básica pública, sem contar as elevadas jornadas de trabalho em salas de aula superlotadas. (p.122)

Souza apresenta dados da APEOESP de 2003, divulgados no ano de 2006, que apontam que mais de 54% dos professores da educação básica paulista dão aulas em salas superlotadas, mais de 40% são obrigados a ter outro emprego

para completar o orçamento doméstico; 45% sofre de estresse e 24% sofre de depressão, ambos diagnosticados clinicamente. (p.126)

Com o avanço do processo de alienação, uma das maiores dificuldades passou a ser o não reconhecimento dos contornos do inimigo, porque dessa forma não se pode golpeá-lo. A partir da consciência teórica e prática, decorrente da experiência de relações opressivas no trabalho, o professor deverá progredir na organização sindical, e participar do esforço de coordenação das lutas da classe operária, de nível classista, internacionalista e socialista, pela superação das relações de trabalho capitalistas. Conforme Souza, para mudar o mundo, é preciso conhecê-lo, logo, educar, ensinar e aprender deve ser um ato político e de rebeldia. (p.136) As revoluções não sairão das escolas e dos livros, mas poderão surgir como necessidade.

A partir de uma visão marxista sobre a educação, este livro, que é parte de projetos de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, é orientado a todos que lutam em defesa da educação diante das investidas privatizantes e deve ser uma arma na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos e em todos níveis.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. 10ªed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

Resenha recebida em 14/08/2009

Resenha aceita em: 16/06/2009